

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 127.978 PARAÍBA

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: ROGÉRIO JORGE DE FRANÇA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

**TIPO PENAL – TELECOMUNICAÇÕES –
VALOR ADICIONADO – ARTIGO 61, §
1º, DA LEI Nº 9.472/97 – HABEAS
CORPUS – LIMINAR – RELEVÂNCIA
DO PEDIDO.**

1. O assessor Dr. Roberto Lisandro Leão prestou as seguintes informações:

O Juízo da Terceira Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba – Processo nº 0008112-39.2008.4.05.8200 – recebeu denúncia contra o paciente, na qual imputado a ele o cometimento do delito descrito no artigo 183 da Lei nº 9.472/97 (desenvolvimento de atividade clandestina de telecomunicações), em virtude de ter transmitido clandestinamente sinal de internet por meio de radiofrequência.

Impetrou-se *habeas*, buscando-se o trancamento da ação penal, ante a atipicidade da conduta. A Quarta Turma do Tribunal Regional da 5ª Região deferiu o pedido, assentando a atipicidade formal da conduta, já que o serviço oferecido pelo

paciente não poderia ser considerado de telecomunicação, mas apenas de valor adicionado – artigo 61, § 1º, da Lei nº 9.472/97.

O Ministério Público Federal protocolou recurso especial – de nº 1.304.262/PB –, alegando que o tipo penal em comento alcança todas as formas de uso indevido do sistema nacional de telecomunicações. Destacou ser o delito de perigo abstrato, cuja lesividade é presumida. Aduziu a divergência entre o que revelado no acórdão recorrido e precedente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O relator proveu o recurso, determinando o prosseguimento da ação penal. Ressaltou que a transmissão clandestina de sinal de internet, via rádio, engloba duas categorias de serviços – de telecomunicação e de valor adicionado –, o que implica a tipicidade da conduta. Por fim, salientou a impossibilidade de se observar o princípio da insignificância, tendo em conta o crime em questão ser de perigo abstrato.

A defesa interpôs agravo regimental. Aludiu à atipicidade formal da conduta, pois não configuraria atividade clandestina de telecomunicações. Veiculou a observação do princípio da insignificância, uma vez que não houve lesão a bem jurídico tutelado. A Quinta Turma desproveu o recurso, nos termos da decisão impugnada.

Neste *habeas*, a Defensoria Pública da União retoma os argumentos anteriores. Anota a atipicidade formal da conduta, porquanto o oferecimento de serviços de internet não pode ser entendido como atividade de telecomunicação, considerado o artigo 61, § 1º, da Lei nº 9472/97. Assevera a atipicidade material da conduta, sustentando a ínfima lesão ao bem jurídico tutelado.

Requer, liminarmente, a manutenção do acórdão do Tribunal Regional Federal que implicou o trancamento da ação penal e, sucessivamente, a observância do princípio da

bagatela. No mérito, busca a confirmação da providência.

A fase é de exame da medida acauteladora.

2. Surge a relevância do que articulado pela Defensoria Pública da União presente o princípio da legalidade e a prevalência, no âmbito do Direito Penal, não da cláusula aberta, mas fechada. O § 1º do artigo 61 da Lei nº 9.472/97 preceitua não constituir o valor adicionado serviço de telecomunicação, classificando-se o provedor como usuário do serviço que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição. O artigo 183 da citada lei define o crime de atividade clandestina jungindo-o às telecomunicações.

3. Defiro a liminar pleiteada para suspender, até o julgamento deste *habeas corpus*, a eficácia do que decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.304.262/PB.

4. Colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 27 de junho de 2015, às 12h15.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator